

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

From the Nicene Creed to the Kingdom of God: a trinitarian missiology for the present

Jorge Henrique Barro¹
Wander de Lara Proença²

Resumo

Este artigo propõe uma releitura trinitária do Reino de Deus a partir da teologia do *Credo niceno*, destacando a importância de recuperar uma visão integral que envolva o Pai, o Filho e o Espírito Santo na compreensão da missão cristã. Partindo do contexto histórico do Concílio de Niceia (325 d.C.), o texto argumenta que a missão da Igreja deve refletir a economia da Trindade, onde o Pai é a fonte do Reino, o Filho é o mediador e o Espírito é o consumidor. A cristologia nicena é apresentada como chave hermenêutica para compreender a natureza do Reino, evitando reducionismos cristomonistas ou espiritualistas. A eclesiologia proposta busca alinhar missão, espiritualidade e vocação da Igreja à dinâmica trinitária, oferecendo uma teologia missional relevante, escatológica e engajada com os desafios contemporâneos – incluindo justiça social, cuidado com a criação, discipulado e unidade. A missão da Igreja, assim, torna-se um reflexo visível do Reino já presente e ainda por vir.

Palavras-chave

Trindade. Reino de Deus. Credo niceno. Missão da Igreja. Teologia escatológica.

Abstract

This article proposes a trinitarian reinterpretation of the Kingdom of God based on the theology of the Nicene Creed, emphasizing the importance of recovering a holistic vision that involves the Father, the Son, and the Holy Spirit in the understanding of Christian mission. Beginning with the historical context of the Council of Nicaea (325 AD), the paper argues that the Church's mission should reflect the trinitarian economy – where the Father is the source of the Kingdom, the Son is its mediator, and the Spirit is its fulfiller. The Nicene christology is presented as a hermeneutical key to understanding the nature of the Kingdom, avoiding both christomonistic and overly spiritualized reductions. The proposed ecclesiology seeks to align the mission, spirituality, and vocation of the Church with trinitarian dynamics, offering a missional theology that is relevant, eschatological, and responsive to contemporary challenges – including social justice, ecological care, discipleship, and unity. Thus, the Church's mission becomes a visible reflection of the Kingdom already present and yet to come.

Keywords

Trinity. Kingdom of God. Nicene creed. Church mission. Eschatological theology.

INTRODUÇÃO

A pergunta sobre quem era Jesus, e sua relação com a divindade, marcou o movimento cristão desde os primórdios. A forte compreensão monoteísta da fé judaica, berço da mensagem

¹ Doutor e mestre em Teologia pelo Fuller Theological Seminary. Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Norte (SPN). Pós-doutorado em Teologia no Fuller Theological Seminary. Professor do Mestrado Profissional em Teologia da Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). Contato: jorge@ftsa.edu.br.

² Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bacharel em Teologia pelo Seminário Presbiteriano Independente (SPI). Professor do Mestrado Profissional em Teologia da Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA). Contato: wander@ftsa.edu.br.

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

cristã, inicialmente pesou sobre a concepção de Jesus como figura divina. Do contexto greco-romano também provinham influências gnósticas (do grego *gnose*, “conhecimento”) que geraram controvérsias. Tendo por princípio a concepção de que a matéria era algo ruim ou inferior, em um dualismo que dividia o mundo em físico e espiritual, entre o bem e o mal (Hill, 2008), o gnosticismo ocasionava dificuldade para conciliar a humanidade de Jesus com a perfeição divina. Disso, decorreram duas interpretações. A primeira foi visão *adocionista*, que, ancorada em imaginários da mitologia, pressupunha a adoção pelas divindades de seres humanos como seus filhos, para cumprimento de alguma missão especial. Assim, imaginou-se que Jesus poderia ser um filho adotado por Deus para cumprimento de uma missão messiânica, sendo isso revelado no momento de seu batismo. Com isso, negava-se sua eternidade divina. A segunda interpretação, conhecida como *docetismo* (do grego *dokein*, “parecer”), buscava divinizar Jesus e protegê-lo da contaminação da matéria. Assim, surgia a concepção de que ele seria um ser puramente divino, que apenas *parecia* humano, sem possuir de fato uma natureza corpórea. Nesse contexto, os escritos neotestamentários, especialmente os de tradição joanina, foram elaborados como respostas apologéticas e doutrinárias, com o objetivo de afirmar a união entre o humano e o divino na mesma pessoa. Como registra o prólogo do evangelho de João: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. [...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai” (Jo 1,1-2.14).

A progressão interpretativa sobre a pessoa de Jesus pode ser cronologicamente percebida por meio de hinos cristológicos concebidos como parte da liturgia dos primeiros cristãos. No hino cristológica de Filipenses (2,6-11), registra a expressão “subsistindo em forma de Deus” (Fl 2,6), para demonstrar sua divindade e condição de igualdade com Deus antes de se encarnar (Bonnard, 1995). Ao mesmo tempo, porém, permanece a noção de um culto intermediário, que de Cristo subia a Deus Pai, conforme dito no verso 11: “para a glória de Deus pai”. Ainda observando o percurso litúrgico, no século III, Plínio, governador na província romana da Bitínia e do Ponto, na Ásia Menor, ao escrever ao imperador Trajano a respeito da conduta que se deveria adotar em relação aos cristãos, entre os anos 111-113 d.C., menciona uma representação divina: “os cristãos estão habituados a se reunir no dia marcado, antes da aurora, para cantar alternadamente um hino ao Cristo como um Deus” (Légasse, 1984, p. 42). Também naquele século, o líder cristão Hipólito de Roma atesta que se cantavam salmos e cânticos em honra a Cristo, verbo de Deus, com a finalidade de proclamar sua divindade (Légasse, 1984).

Mas foi entre os séculos III e IV que reacendeu com maior força a polêmica sobre a pessoa de Cristo, ocasionando entre os cristãos profunda inquietação com o rumo dos debates teológicos. “O Credo niceno teve origem porque os cristãos antigos estavam horrorizados” (Moxom, 2011, p. 394-395) com os efeitos da heresia que negava a plena divindade de Cristo. Philip Moxom (2011, p. 394-395), comenta:

A controvérsia trinitária surgiu em Alexandria na segunda metade do século III. Desde a época de Filo, houve mais ou menos especulação sobre a natureza de Deus e sobre a relação existente entre o Logos e o Pai. Na Igreja, desde a época dos apóstolos, havia um trinitarismo prático e não formulado; isto é, tanto ao Filho quanto ao Espírito Santo, bem como ao Pai, atributos próprios à divindade eram atribuídos por escritores cristãos. Quando o espírito especulativo surgiu na Igreja, e houve uma tentativa de desenvolver uma explicação filosófica da natureza divina e uma definição das relações entre Pai, Filho e Espírito Santo, surgiram várias formas de pensamento que podem ser classificadas, grosso modo, como monárquicas por um lado e trinitárias por outro. Dos primeiros, Práxeas, na Ásia Menor, por volta de 190, Berilo de Bostra, na Arábia, na primeira metade do século III, e Sabélio de Ptolemaida, no Egito, e Paulo de Samósata, alguns anos depois, podem ser considerados representantes.

Ário, expoente dessa polêmica – presbítero de Alexandrina, no Egito – afirmava ser o Filho uma criatura exaltada, mas não da mesma substância do Pai (Walker, 1981). Essa concepção, ao negar a plena divindade de Cristo, comprometia a doutrina da salvação, pois apenas Deus poderia redimir o mundo. Em razão disso, no ano de 325 d.C., a cristandade enfrentava uma de suas mais significativas crises teológicas. Frente ao embate, o imperador Constantino, recém-convertido ao cristianismo e empenhado em garantir a unidade do Império Romano, convocou o Concílio de Niceia com o propósito de resolver as disputas doutrinárias que ameaçavam fragmentar a Igreja nascente.

Aquele concílio foi uma reunião histórica de bispos da cristandade que se encontraram na cidade de Niceia, na Ásia Menor – hoje conhecida como Iznik, na Turquia. A própria cidade carregava em seu nome e localização um simbolismo de centralidade para o cristianismo do império. Mais do que um evento teológico, foi uma medida política estratégica. Constantino, que havia transferido a capital imperial para Bizâncio – rebatizada de Constantinopla, “a cidade de Constantino” – em 330 d.C., sabia que a estabilidade da fé cristã significava também a estabilidade do império (Phillip, 2023). Embora Roma viesse a ser derrotada cerca de um século depois, o Império Romano do Oriente – o futuro Império Bizantino – perduraria por mais de mil anos, sustentado em parte pela solidez doutrinária firmada naquele concílio.

Para evitar o colapso da unidade teológica e social, portanto, Constantino viu no concílio uma oportunidade de harmonizar as divergências. O resultado foi o *Credo de Niceia*, que declarou: Jesus Cristo é “Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai”.

Essa confissão não foi apenas uma resposta às controvérsias doutrinárias da época, mas um marco decisivo para a fé cristã. Ela consolidou a plena divindade do Filho e afirmou a unidade da Trindade, fornecendo uma estrutura teológica que moldaria o cristianismo por séculos. Ao mesmo tempo, levantou questões que continuam a desafiar a teologia contemporânea: como compreender o Reino de Deus sem reduzi-lo exclusivamente à figura de Cristo? Como evitar o cristomonismo, isto é, uma teologia que se concentra exclusivamente em Cristo e negligencia a ação do Pai e do Espírito Santo na economia da salvação?

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

Historicamente, as interpretações do Reino de Deus oscilaram entre extremos. De um lado, uma ênfase excessiva em Cristo que marginaliza o papel das demais pessoas da Trindade; de outro, visões teológicas que diluem a especificidade da encarnação e da cruz. Em meio a essas tensões, é urgente redescobrir uma leitura trinitária do Reino – uma compreensão que reconheça Cristo como chave hermenêutica sem desconsiderar o papel do Pai e do Espírito na missão de Deus.

Este artigo parte da seguinte pergunta: como o *Credo niceno* pode iluminar a compreensão do Reino de Deus e da missão da Igreja hoje? Para responder a essa questão, propõe-se uma leitura trinitária do Reino de Deus a partir da teologia do *Credo niceno*, argumentando que a economia da Trindade estrutura o Reino e que a missão da Igreja deve refletir essa realidade. Com isso, busca-se destacar a relação entre a cristologia nicena e a teologia do Reino, sem perder de vista a atuação conjunta do Pai e do Espírito. O Reino de Deus será apresentado como um ato trinitário, no qual o Pai é a fonte, o Filho o mediador e o Espírito o consumidor. Por fim, serão examinadas as implicações eclesiológicas e missionais dessa abordagem, a fim de mostrar como a Igreja pode testemunhar um Reino que não é apenas escatológico, mas também presente, transformador e integral. Trata-se, portanto, de oferecer uma teologia do Reino profundamente enraizada na confissão nicena, coerente com a revelação bíblica e relevante para a missão da Igreja hoje.

1 CRISTO, O REINO E A TRINDADE

A formulação nicena não consolidou apenas uma doutrina cristológica; ela ressoou nas camadas mais profundas da teologia do Reino de Deus. O debate travado no Concílio de Niceia não foi um embate meramente semântico ou filosófico – era uma batalha pela *integridade da fé cristã*, pela verdade sobre quem é Cristo e, por consequência, sobre a natureza e o alcance do Reino que Ele anuncia. Ao afirmar a *plena divindade do Filho*, Niceia rejeitou qualquer interpretação que minimizasse sua autoridade cósmica, defendendo que Ele participa plenamente da soberania do Pai. Contudo, a história da teologia demonstrou que essa relação entre Cristo e o Reino nem sempre foi compreendida em sua totalidade trinitária. Muitos reduziram a proclamação do Reino a uma dimensão exclusivamente cristocêntrica, esvaziando a participação ativa do Pai e do Espírito.

A missão de Jesus, embora central, não se dá em isolamento. Ela está inserida na economia da Trindade: *o Pai como fonte, o Filho como mediador, o Espírito como consumidor*. O Reino, portanto, não é monopólio de uma das pessoas divinas, mas expressão da comunhão e da missão trinitária.

É dentro dessa perspectiva que se compreende a grande contribuição do *Credo niceno*. O uso do termo grego *homoousios* – da mesma substância – estabeleceu que Cristo não é inferior ao Pai, mas consubstancial com Ele. Não é um ser criado, exaltado entre os demais, mas o próprio Deus. Essa verdade resguarda a fé de que o Reino que Ele anuncia e inaugura é eterno,

pleno e soberano. Se Cristo não fosse Deus verdadeiro, seu Reino seria apenas uma força moral ou institucional. Mas sendo Ele da mesma essência do Pai, o Reino que Ele manifesta carrega autoridade divina, presente na história e orientada para a consumação final. Como o credo professa, “Ele subiu ao céu, e está assentado à direita do Pai, e virá com glória para julgar os vivos e os mortos”, demonstrando que o Reino é presente e também orientado para a consumação escatológica.

É preciso compreender que o Reino de Cristo não é um domínio separado ou submisso ao Reino do Pai – é a manifestação histórica e visível dessa soberania eterna. Em Cristo, o governo de Deus se torna carne. Ele não age como um profeta apontando para um futuro ideal, mas como o Senhor que diz: “o tempo está cumprido, e o Reino de Deus está próximo” (Mc 1,15). Com Ele, uma nova era se inicia. Sua vida, morte e ressurreição não apenas inauguram o Reino, mas estabelecem um novo marco da história da salvação, onde o Reino é presente, ativo e em movimento.

É nesse sentido que a proclamação de que “Cristo reinará e voltará” não é apenas uma expectativa escatológica, mas uma afirmação sobre a continuidade do Reino. O Cristo que veio é o mesmo que governa e o mesmo que virá em glória. O *Credo niceno* não dissocia essas dimensões: afirma que Ele “virá em glória para julgar os vivos e os mortos, e o seu Reino não terá fim”. A expressão do credo, “guardo a ressurreição dos mortos e a vida do mundo vindouro”, também reforça a esperança ativa que fundamenta a missão da Igreja como antecipação da nova criação. Trata-se de um Reino presente, mas ainda em direção à plenitude, revelando a tensão bíblica entre o *já* e o *ainda não*.

Esse Reino que se move entre a história e a eternidade não pode ser concebido de forma abstrata. Ele se manifesta no cotidiano da Igreja, na proclamação do Evangelho e na ação do Espírito que transforma a criação. A afirmação de Niceia, portanto, não é apenas uma defesa doutrinária contra a polêmica ariana, mas uma declaração viva sobre o caráter ativo do Reino. É um Reino que já pulsa no mundo, que cresce discretamente e que será plenamente manifesto quando, como diz o apóstolo Paulo, “Deus for tudo em todos” (1Co 15,28).

2 CRISTO COMO MEDIADOR DO REINO TRINITÁRIO

A proclamação de Jesus sobre o Reino de Deus sempre foi central em sua missão. No entanto, Ele nunca o chamou de “meu Reino” de forma autônoma ou isolada. Em vez disso, sempre apontou para a realidade maior: *o Reino do Pai*. Quando declara “o Reino de Deus está próximo” (Mc 1,15), Cristo revela que sua presença no mundo marca a irrupção dessa soberania divina na história. Sua missão não é estabelecer um reinado próprio, mas manifestar, como Filho, a vontade do Pai em forma visível. Neste sentido, Leonardo Boff (2012, p. 125) afirma que “Jesus de Nazaré, na concretude de sua caminhada pessoal, por obra e graça do mistério, pôde acolher e ser acolhido de tal maneira por Deus que formava com Ele uma unidade sem confusão e sem distinção, unidade concreta e não abstrata”.

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

Essa relação revela que o Reino não é uma realidade autônoma do Cristo encarnado, mas parte de um movimento trinitário. Jesus ensina aos discípulos a orar: “venha o *teu Reino*; seja feita a *tua vontade*” (Mt 6,10, grifos nossos), reafirmando que tudo converge para o Pai. O Reino tem sua origem na soberania eterna de Deus, se manifesta na obra de Cristo e é consumado pelo Espírito. Essa interdependência torna impossível separar a cristologia da trindade na compreensão do Reino.

O Reino nasce no Pai – d’Ele provém toda autoridade. “*Teu é o Reino*, o poder e a glória para sempre” (Mt 6,13, grifo nosso) não é uma metáfora poética, mas uma verdade que fundamenta toda missão. Cristo, por sua vez, é o mediador dessa realidade. Ele não aponta para o Reino como algo externo a si mesmo, nem o detém como se fosse algo distinto do Pai. Suas palavras são claras: “O Reino *de Deus* está entre vós” (Lc 17,21, grifo nosso), ou seja, já se manifesta por sua presença e ação. O *Credo niceno* reconhece essa mediação ao afirmar que Cristo “por nós, e para nossa salvação, desceu dos céus [...] e foi feito homem”, expressando a encarnação como forma concreta do Reino na história.

No entanto, é a escatologia paulina que oferece uma das imagens mais ricas da economia trinitária do Reino. Em sua primeira carta aos Coríntios, Paulo descreve a consumação final: “depois virá o fim, quando Ele entregar o Reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo domínio, e toda autoridade e todo poder” (1Co 15,24). A missão de Cristo não culmina em um domínio pessoal, mas em uma entrega. O Reino não é fechado em si mesmo, mas aberto ao cumprimento do plano eterno do Pai.

Cristo, portanto, recebe o Reino do Pai, reina com autoridade sobre tudo, e finalmente entrega tudo ao Pai para que Deus seja tudo em todos. É uma dinâmica de perfeita obediência e comunhão. O Reino de Deus, assim compreendido, não pode ser reduzido a uma doutrina centrada apenas em Jesus, ainda que Ele seja sua encarnação histórica. *O Reino é trinitário*: do Pai, por meio do Filho, no poder do Espírito.

Essa compreensão impede uma série de reducionismos ainda presentes na teologia contemporânea. Por um lado, evita-se a ideia de um Reino centrado exclusivamente na ação de Jesus, como se a Trindade fosse um pano de fundo. Por outro, supera-se a abstração de um “Reino de Deus” impessoal e etéreo, que ignora o caminho da cruz e a encarnação do Verbo. A beleza do Reino está justamente em ser um projeto eterno do Pai, mediado por Cristo e efetivado pelo Espírito, que habita e transforma a realidade a partir de dentro.

Na consumação, esse Reino será plenamente revelado. Até lá, ele se move entre promessas e realizações, entre o que já foi inaugurado e o que ainda se aguarda. Cristo reina, mas seu reinado é em direção ao algo maior: *a restauração plena da criação – humana e não humana – sob o governo de Deus*.

3 O REINO COMO EXPRESSÃO DA TRINDADE

Falar do Reino de Deus sem reconhecer *sua dimensão trinitária* é incorrer em um dos erros mais recorrentes da teologia moderna: *a fragmentação do Deus que reina*. Embora o discurso cristão tenha, por vezes, enfatizado o Reino de Cristo em detrimento das outras pessoas divinas, ou reduzido o Reino a uma realidade escatológica futura, a revelação bíblica insiste em outro caminho. O Reino pertence ao Pai, é mediado pelo Filho e consumado pelo Espírito Santo. Ele não nasce na encarnação, mas é revelado nela. Ele não termina com a cruz, mas é expandido a partir dela.

A narrativa bíblica deixa isso evidente desde o princípio. O Pai é o soberano absoluto que reina antes da fundação do mundo. Cristo, o Filho eterno, encarna o Reino e o insere na história, trazendo à tona uma nova ordem. E o Espírito, desde Gênesis até o Pentecostes, é quem move e transforma, quem aplica e amplia, quem torna o Reino uma realidade vivível e concreta. Essa dinâmica impede que a teologia do Reino se limite a uma ideia abstrata, a um ideal moral ou a um projeto histórico desvinculado da revelação trinitária.

Quando Jesus ensina os discípulos a orar, Ele revela essa estrutura: “Pai nosso [,] venha o teu Reino” (Mt 6,9-10). O Reino não pertence ao Filho de forma independente, mas é do Pai, e a missão do Filho é torná-lo visível. Em outra ocasião, Cristo declara: “não pode o Filho fazer coisa alguma de si mesmo, se não vir o Pai fazer” (Jo 5,19). O Reino, portanto, nasce na vontade do Pai, manifesta-se no Filho e é concretizado na ação do Espírito.

Essa estrutura aparece ao longo das Escrituras. O Pai é aquele que cria, planeja e governa. Ele estabelece o Reino com base em sua justiça eterna. Textos como o Salmo 103,19 – “O Senhor estabeleceu o seu trono nos céus, e o seu reino domina sobre tudo” – revelam que o Reino não é uma realidade surgida com Cristo, mas pré-existente à criação. O Filho, ao vir ao mundo, não cria o Reino: *Ele o manifesta, revela sua natureza e o inscreve na história*. Sua encarnação é o ponto de inflexão em que a eternidade invade o tempo.

Cristo, ao dizer que “toda a autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mt 28,18), não reivindica poder próprio, mas reconhece o que recebeu do Pai. Seu senhorio é real, mas está ancorado na relação eterna de submissão filial. Seu reinado aponta para o coração do Pai. E esse reinado tem um destino: ser entregue novamente à fonte de onde veio. A escatologia paulina ecoa isso: Cristo reina até que “todos os inimigos sejam postos debaixo de seus pés”, e então entregará o Reino ao Pai, “para que Deus seja tudo em todos” (1Co 15,24-28).

Essa entrega não é um ato de renúncia, mas de plenitude. O Reino, ao ser consumado, retorna ao seu ponto de origem, revelando a circularidade perfeita da Trindade. Não há hierarquia de valor, mas ordem de missão: o Pai envia, o Filho realiza, o Espírito aplica. No fim, o Reino será plenamente restaurado e unificado no Pai.

Compreender o Reino como ato trinitário impede reducionismos. Ele não é apenas futuro, tampouco exclusivamente histórico. É um Reino eterno, presente e vindouro. Ele não é propriedade exclusiva de uma das pessoas da Trindade, mas o desdobramento visível da

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

comunhão divina. Por isso, não se pode falar de Reino de Deus de modo pleno sem *fazer teologia trinitária*.

4 O ESPÍRITO SANTO E A PLENITUDE DO REINO

Se o Pai é a fonte eterna do Reino e o Filho é o mediador que o inscreve na história, é o Espírito Santo quem o consuma e o torna realidade vivida. O Reino de Deus não é apenas proclamado, nem apenas encarnado – *ele é experimentado, transformador e presente, porque o Espírito atua*. Sem o Espírito, o Reino permaneceria uma promessa distante ou um conceito teológico. Mas por meio d'Ele, o Reino é justiça, paz e alegria hoje, como afirma o apóstolo Paulo: “o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17).

Desde o princípio, o Espírito está envolvido na obra do Reino. Ele pairava sobre as águas no Gênesis, inspirava os profetas, capacitava os juizes e consagrava reis. Com a vinda de Cristo, sua presença se intensifica, culminando no Pentecostes como início visível da Igreja e sinal de que o Reino não seria apenas anunciado, mas expandido pelo testemunho dos santos. Jesus havia prometido: “recebereis poder ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas” (At 1,8). Esse poder (no grego *dunamis*) não é mero entusiasmo espiritual, *mas autoridade para manifestar o Reino de Deus até os confins da Terra*.

É o Espírito quem regenera os corações e forma os cidadãos do Reino. Ele não apenas assina com um selo a identidade cristã, mas transforma o ser humano desde dentro. Paulo declara: “todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (Rm 8,14). A partir disso, evidencia-se que o Reino é feito não apenas de princípios, mas de *pessoas transformadas*. A entrada nesse Reino exige novo nascimento, e este só é possível pela ação do Espírito (Jo 3,5).

Além de transformar, o Espírito também antecipa. Ele é o penhor da herança futura (2Co 1,22), a garantia de que o Reino consumado virá. Já agora, Ele planta sinais desse Reino – na comunhão da Igreja, nos testemunhos de fé, na esperança que não se apaga. E mais do que sinais, Ele gera fruto: amor, alegria, paz, paciência, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio (Gl 5,22–23). Não se trata apenas de virtudes morais, mas também expressões da vida do Reino pulsando no coração do discípulo.

Essa presença se torna ainda mais visível quando se manifesta por meio dos dons (carismas) espirituais. Os dons são como janelas abertas por onde o Reino irrompe de forma concreta no meio da Igreja. Cura, profecia, sabedoria, ensino – tudo isso é sinal de que o Espírito não apenas habita, *mas opera*. Como Paulo diz: “a manifestação do Espírito é concedida a cada um visando a um fim proveitoso” (1Co 12,7). O Reino é proclamado com poder quando os dons são usados para edificação, para serviço e para a glória de Deus.

Mas é importante lembrar: o Reino não se limita às manifestações extraordinárias. O Espírito age tanto no *milagre* quanto na *formação silenciosa do caráter*. Ele molda uma

comunidade que vive segundo os valores do Reino, ainda que em um mundo que os rejeita. Segundo o *Credo niceno*, cremos “no Espírito Santo, Senhor e vivificador, que procede do Pai e do Filho, e com o Pai e o Filho conjuntamente é adorado e glorificado”, reconhecendo a obra do Espírito como consumação do Reino na comunidade. Ele forma uma Igreja que ama onde há ódio, serve onde há egoísmo, e espera onde há desespero.

O Espírito Santo, portanto, não apenas anuncia ou confirma o Reino – *Ele o forma*. É Ele quem aplica a obra do Filho e conduz tudo para o propósito eterno do Pai. Ele é o elo invisível, mas irresistível, entre o Reino já inaugurado e o Reino ainda por vir. Sua obra é o sopro que sustenta a esperança, movendo-nos na tensão entre o já e o ainda não, até que tudo seja plenamente restaurado.

5 MISSÃO, ESPIRITUALIDADE E VOCAÇÃO TRINITÁRIA DA IGREJA

Compreender o Reino de Deus como expressão da Trindade não é apenas um exercício teórico – é uma *convocação*. A teologia do Reino molda a identidade da Igreja, redireciona sua espiritualidade e redefine sua missão. A Igreja não apenas anuncia o Reino, ela o encarna. Ela é chamada a refletir a soberania do Pai, a graça redentora do Filho e o poder transformador do Espírito. Negligenciar qualquer uma dessas dimensões é comprometer sua vocação e desfigurar sua natureza.

A Igreja é enviada pelo Deus trino, cuja missão a antecede e a define. O Pai envia, o Filho cumpre, o Espírito conduz. Jesus expressa isso de forma clara: “assim como o Pai me enviou, eu também vos envio” (Jo 20,21). Essa vocação missionária ecoa a confissão do credo: “creio na Igreja una, universal e apostólica”, apontando para a missão da comunidade como continuação visível da missão trinitária. A Igreja participa da missão do Deus trinitário não como espectadora, mas como cooperadora, como corpo vivo de Cristo, movido pelo Espírito, para que o Reino seja manifesto em todas as esferas da existência.

A missão, portanto, não é uma atividade opcional da Igreja, mas sua essência mais profunda. Ela nasce na própria natureza relacional e expansiva de Deus. Como afirmou Martin Kähler (1971, p. 190), a missão é “a mãe da teologia” – também citado por David Bosch (2002, p. 584). Antes de ser uma organização com um plano de ação, a Igreja é fruto de uma missão eterna: o envio do Filho e do Espírito pelo Pai. Esse movimento originário é o que molda sua identidade. A eclesiologia, assim, deve nascer da missiologia, e esta, por sua vez, da Trindade.

Essa missão exige *encarnação*. Não se trata apenas de proclamar ideias, mas de viver realidades. A justiça do Pai convoca a Igreja à denúncia do pecado estrutural, à promoção da reconciliação e ao engajamento com a dor do mundo. O Reino não pode ser separado da ética. Isaías já clamava: “aprendei a fazer o bem; atendei à justiça, repreendei ao opressor; defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas” (Is 1,17), e esse chamado continua ecoando nos becos da injustiça contemporânea. Já o profeta Miquéias diz: “Ele te declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o Senhor pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

humildemente com o teu Deus” (Mq 68). A Igreja é embaixadora de um Reino que denuncia a opressão, defende os vulneráveis e semeia esperança.

Nesse sentido, a missão trinitária não se reduz à salvação individual nem à proclamação verbal do Evangelho, mas é sempre contextual, concreta, encarnada. Wright (2011) observa que a ressurreição de Cristo inaugura um mundo novo, e a Igreja, por meio da missão, antecipa essa nova criação no aqui e agora. Isso significa que evangelização e ação social não são esferas separadas, mas expressões interdependentes de uma espiritualidade missional.

“O reino de Deus é [...] justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (Rm 14,17), e isso se traduz em práticas concretas: justiça econômica, cuidado com os pobres, hospitalidade ao estrangeiro, denúncia da violência, defesa da criação. Não há missão sem profecia, nem Evangelho sem compaixão. A missão trinitária é também uma missão pública. Ela convoca a Igreja a sair dos templos e habitar as ruas, escolas, redes, fronteiras.

Ao mesmo tempo, o Reino exige *discipulado*. Cristo, o mediador do Reino, não formou admiradores, mas discípulos. E o discipulado é mais que instrução – é *imitação*, é *seguimento*. “Se alguém quer vir após mim, a si mesmo se negue, dia a dia tome a sua cruz e siga-me” (Lc 9,23). A missão da Igreja, portanto, é formar pessoas que reflitam o caráter de Jesus: compassivas, firmes, obedientes, amorosas. O Reino cresce não pela força, mas pela fidelidade cotidiana de homens e mulheres moldados pelo Cristo vivo.

Discipular, nesse contexto, é formar pessoas para a missão de Deus no mundo. A espiritualidade do Reino não é intimista nem individualista. Ela é *encarnacional, relacional e comprometida com a vida*. O verdadeiro discípulo não apenas aprende a orar, mas a lutar pela justiça; não apenas medita nas Escrituras, mas pratica a reconciliação. O discipulado é o método do Reino e o caminho para sua expansão.

Nada disso, porém, seria possível sem o *Espírito*. É Ele quem capacita, direciona, renova. É o Espírito quem dá poder para o testemunho e graça para a perseverança. Sem Ele, a Igreja se torna uma instituição – com programas, discursos e estruturas – mas sem vida. Com Ele, a Igreja se torna corpo, templo e noiva. Ele é a presença contínua do Reino. Ele renova a adoração, santifica o serviço e sustenta a esperança.

O Espírito é a força missionária por excelência. Sua vinda no Pentecostes é o marco inaugural da Igreja como comunidade missionária. É Ele quem leva o Evangelho até os confins da Terra (At 1,8), quem distribui dons para a edificação do corpo, quem dá ousadia e discernimento para enfrentar os desafios culturais. A missão, quando conduzida pelo Espírito, mantém-se fiel ao Evangelho e aberta ao novo. Ele é o elo entre o Reino que veio e o Reino que virá, o já e ainda não.

Por isso, a espiritualidade cristã não pode ser fragmentada. Ela nasce na comunhão com o Pai, se manifesta no seguimento de Cristo e é vivificada pelo Espírito. Orar é render-se ao Reino. Discipular é formar cidadãos do Reino. Servir é tornar visível a presença do Reino.

Viver espiritualmente é reconhecer que cada gesto, cada palavra e cada escolha participa da economia do Reino eterno.

A Igreja, enquanto comunidade do Reino, deve refletir essa comunhão divina. Sua estrutura, sua liturgia, sua missão, tudo deve espelhar a Trindade. Ela existe para revelar ao mundo um Deus que é Pai justo, Filho redentor e Espírito vivificador. Não basta ser uma comunidade de fé; ela deve ser um sinal visível do Reino invisível, um reflexo do governo de Deus que já opera e que será consumado.

Por fim, toda missão é também *escatológica*. Ela aponta para algo maior do que ela mesma. Como destacou Moltmann (2005), a missão da Igreja está ligada à esperança no Reino futuro. A Igreja missionária é aquela que vive no presente à luz do futuro: ela antecipa, ensaia e encarna a plenitude que virá. O culto é ensaio do Reino. O serviço é sinal do Reino. A comunhão é prenúncio do Reino. Ser Igreja em missão é viver a tensão entre o já e o ainda não com fé ativa e esperança perseverante.

Passados mais de 1700 anos desde o Concílio de Niceia, a confissão trinitária permanece como um farol. Ela protege contra reducionismos: contra um *Reino sem encarnação*, contra uma *espiritualidade sem missão*, contra uma *missão sem fundamento teológico*. Ela chama a Igreja a viver um *Evangelho integral* – que proclama, forma e transforma. O desafio da geração presente é o mesmo das anteriores: não apenas crer no Reino, mas vivê-lo de forma coerente, fiel e plena.

6 REINO DE DEUS E CREDO NICENO: CONVERGÊNCIAS TRINITÁRIAS

A relação entre o *Credo niceno* e a teologia do Reino de Deus oferece uma chave interpretativa profunda e atual para os *desafios contemporâneos* enfrentados pela fé cristã. Ao revisitarmos o credo – essa confissão de fé forjada nos primeiros séculos da Igreja – encontramos ali não apenas uma declaração dogmática sobre a Trindade, mas uma narrativa viva que ancora a esperança cristã na ação concreta de Deus na história. Essa *narrativa viva* se expressa, por exemplo, na afirmação de que “creio em um Deus, Pai todo-poderoso, criador do céu e da Terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis; e em um Senhor Jesus Cristo [...] verdadeiro Deus de verdadeiro Deus [...] e o seu Reino não terá fim”. Esse trecho resume a centralidade do Reino como realidade eterna, fundada na Trindade, e não apenas como categoria escatológica futura. O Reino de Deus, quando lido a partir dessa ótica, deixa de ser apenas uma promessa futura ou um ideal ético abstrato: torna-se uma realidade presente, encarnada e dinâmica, que envolve o agir do Pai, do Filho e do Espírito Santo no tempo e no espaço. Diante das tensões do mundo atual, esse reencontro entre credo e reino oferece fundamentos sólidos para uma espiritualidade comprometida, uma eclesiologia relevante e uma missão que se recusa a ser capturada por modismos ou desesperanças.

A teologia do Reino de Deus, quando compreendida à luz desse credo, revela-se muito mais do que uma simples estrutura escatológica ou uma plataforma ética para a Igreja. Ela é,

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

antes de tudo, uma realidade trinitária, na qual o Pai é a origem e o destino final do Reino, Cristo é o mediador que o inaugura na história, e o Espírito Santo é aquele que aplica e consoma sua manifestação no mundo. Esse entendimento não apenas fortalece a base doutrinária da fé cristã, mas molda a identidade e a missão da Igreja de forma integral.

Moxom (2011, p. 442-443) adverte a necessidade de discernir que:

Em sua essência real, não se trata de uma trindade aritmética de pessoas inexplicavelmente inerentes a uma substância, de modo que temos a concepção impossível – três é igual a um – como tão frequentemente aparece na teologia dogmática; mas é a realidade de Deus em Cristo, como a revelação e o arquétipo de Deus na humanidade, e a garantia do perfeito cumprimento da vida do homem por sua união perfeita com o divino, “sendo preenchido com toda a plenitude de Deus”. É a doutrina suprema do cristianismo – a encarnação, a imanência de Deus no reino da personalidade, bem como no reino da natureza.

Como o *Credo niceno* pode iluminar a compreensão do Reino de Deus diante dos *desafios do presente*? Em primeiro lugar, *uma teologia que não ignora a crise ecológica é essencial*. Dizer que cremos “em Deus Pai, criador do céu e da Terra” hoje exige muito mais do que reconhecimento da origem da vida. É afirmar que o mundo criado pertence a Deus, e que nenhuma teologia do Reino pode ser legítima se ignora a *crise ecológica* que assola a casa comum. Diante da destruição ambiental e da exploração desenfreada, o Reino nos chama a um compromisso com a *ecoteologia: a justiça do Pai inclui a justiça ambiental*. Jesus agia com a autoridade e a convicção de alguém enviado do Pai para libertar a criação ferida pelas injustiças. Por isso a Igreja deve fugir de uma espiritualidade docética, visto que em sua missão encarnada Cristo não veio libertar o ser humano da matéria, mas libertar a própria matéria (Boff, 2012). A Igreja deve participar do cuidado com a criação como um ato de adoração e de esperança.

Em segundo lugar, é necessário *cultivar uma espiritualidade de serviço humilde*. A confissão do Filho encarnado – “por nós e para nossa salvação, desceu dos céus [...] e se fez homem” – apresenta à Igreja o desafio de uma *espiritualidade encarnacional*. A missão do Filho não se limitou a proclamar, mas a habitar, tocar, curar e carregar a dor do mundo. A Igreja, portanto, é chamada a servir. Em um mundo ferido por desigualdade, abandono e violência, o Reino se manifesta quando a comunidade cristã se torna resposta visível à oração “venha o teu Reino”.

Em terceiro lugar, a *unidade se revela como antídoto contra polarizações*. O cenário contemporâneo tem sido profundamente marcado por polarizações radicalizadas e intolerantes em relação ao pensamento divergente, demonstradas, por exemplo, nos posicionamentos políticos e religiosos. Arthur Stanley (2009, p. 18) observa que até mesmo os concílios carregavam uma sabedoria implícita ao reunir lados opostos em busca de consenso:

não devemos esquecer o bem, bem como o mal, que os concílios – e não menos importante o de [Niceia] – compartilharam com todas as grandes

assembleias de homens falíveis em todos os lugares; a saber, a moderação inconsciente que surge ao colocar duas partes frente a frente. Sem dúvida, partidários violentos e extremistas frequentemente se exasperam uns contra os outros por contato e conflito pessoal. Mas a vasta massa de opiniões intervenientes se aproxima mais por meio dessas reuniões. Provavelmente nenhum concílio se separou sem fazer alguns amigos que antes eram inimigos, e alguns amigos mais próximos do que antes.

O *Credo niceno-constantinopolitano*, ao declarar “creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica”, também lança luz sobre o chamado eclesial em um tempo de fragmentação, polarizações ideológicas e perda de sentido comunitário. A unidade da Igreja deve se contrapor às divisões do mundo. Sua santidade deve ser coerente, não institucional. Sua catolicidade não é territorial, mas universal em missão. E sua apostolicidade implica fidelidade ao Evangelho, mesmo em contextos hostis à fé. A Igreja do Reino precisa ser, ao mesmo tempo, *reconciliadora, profética e pastoral* – uma comunidade que proclama com integridade e vive com coerência.

Por fim, é necessário *recuperar uma escatologia da esperança que vença o desânimo coletivo*. Ao afirmar “esperamos a vida do mundo vindouro”, o credo desperta uma *escatologia da esperança*. Em tempos marcados por desesperança e crises de futuro, o Reino nos lembra que a história está sendo conduzida a uma plenitude. A Igreja não aguarda o fim com medo, mas com coragem, porque sabe que o Reino será consumado, e Deus será tudo em todos. A missão é viver hoje como povo do futuro – uma comunidade que antecipa com fidelidade a nova criação.

Ao longo dos anos, alguns desafios Concílio de Niceia, permanecem. O primeiro é *evitar as reduções da teologia do Reino*. Se negligenciarmos a soberania do Pai, corremos o risco de transformá-lo em projeto humanista. Se destacarmos apenas o Filho, caímos no risco de um cristomonismo que despreza a ação contínua do Espírito. Se enfatizarmos apenas o Espírito, corremos o perigo de esquecer a encarnação e a cruz, fundamentos da missão.

O segundo desafio é *alinhar a missão da Igreja com essa perspectiva trinitária*. O Reino do Pai nos chama à justiça; o Reino do Filho, ao discipulado; o Reino do Espírito, à renovação. A proclamação, a formação e a transformação não são tarefas separadas, mas dimensões complementares do mesmo chamado.

O terceiro desafio é *viver como comunidade do Reino*. A estrutura, a adoração, o serviço e a espiritualidade da igreja devem refletir a Trindade. Uma Igreja que compreende essa realidade não apenas proclama o Reino, mas o encarna, tornando-se um sinal vivo da soberania de Deus.

A pergunta que permanece é: *será que a Igreja contemporânea está refletindo essa plenitude do Reino ou tem reduzido sua missão a apenas um de seus aspectos?* A resposta a essa pergunta definirá a fidelidade da Igreja em sua geração. A missão da Igreja só será plenamente eficaz se integrar, de forma coerente e equilibrada, o governo do Pai, a mediação do Filho e a consumação pelo Espírito. Isso exige uma *agenda missional* que seja justa e reconciliadora, reconhecendo a soberania do Pai; cristocêntrica e encarnacional, fazendo

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

discípulos que vivem sob o senhorio do Filho; espiritual e poderosa, sendo conduzida pelo Espírito Santo.

Recuperar *uma visão integral e trinitária do Reino*, conforme proposto pelo *Credo niceno*, é essencial para uma fé que seja profunda, relacional e impactante – uma fé que anuncia, vive e transforma. Essa recuperação, no entanto, não é apenas uma volta ao passado, mas um *impulso escatológico*, uma *reorientação para o futuro* que já começou a despontar em Cristo.

O cristianismo, no horizonte da espera pelo Reino de Deus, depois de tantos séculos desde o Concílio de Niceia, continua sendo convocado a lembrar que sua identidade não está encerrada em si mesma, mas *em missão permanente*. Como bem expressou Jürgen Moltmann (2005, p. 404), o cristianismo vive de algo e para algo que vai *além de si mesmo*:

O “cristianismo” tem sua essência e seu fim não em si mesmo e na própria existência, mas vive de alguma coisa, e existe para alguma coisa, que alcança muito além dele. Caso se queira compreender o mistério de sua existência e de suas formas de comportamento, necessário se faz perguntar pela sua missão. Caso se queira descobrir sua essência, é preciso perguntar pelo futuro em que ele coloca suas esperanças e expectativas. E se o cristianismo se tornou inseguro e sem orientação em meio às novas relações sociais, é preciso perguntar, mais uma vez, sobre a razão por que existe e o fim para o qual caminha.

Essa provocação nos convida a reencontrar o fio escatológico que atravessa a fé cristã: não apenas crer em algo que passou, mas viver à luz de um futuro que já começou a se manifestar — *o Reino de Deus entre nós*. É nesse horizonte que se corrige um dos equívocos mais comuns da eclesiologia contemporânea: *imaginar que a Igreja é a protagonista da missão*. Na verdade, como enfatiza a teologia missional contemporânea, especialmente a partir da perspectiva da *missio Dei*, “não é a Igreja que tem uma missão de salvação a cumprir no mundo, é a missão do Filho e do Espírito através do Pai, que inclui a Igreja” (Moltmann, 1977, p. 64).

A missão, portanto, não é uma tarefa acessória, mas a própria forma de ser do Deus trino que se comunica, se entrega e se doa. A Igreja, inserida nesse movimento eterno de amor e envio, não apenas participa da missão – *ela é formada por ela*. Ser Igreja é ser enviada, não por si mesma, mas como expressão do amor da *comunidade trinitária* em direção ao mundo, na esperança do Reino que já chegou e ainda virá em plenitude.

O *Credo niceno*, mais do que uma fórmula decorada ou simplesmente recitada nas liturgias, deve se traduzir em *um estilo de vida* que honra a Trindade em sua dinâmica missional. Confessar a fé trinitária não é apenas repetir doutrinas antigas, mas assumir uma existência moldada por esse movimento de envio e comunhão. Qual a melhor maneira de honrar, valorizar e manter viva a herança do Concílio de Niceia 1700 anos depois? Assumir que fé professada deve se tornar vida encarnada – uma vida que, assim como o Deus trino, se volta para o outro em amor, justiça e serviço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da seguinte pergunta norteadora: *como o Credo niceno pode iluminar a compreensão trinitária do Reino de Deus e da missão da Igreja em contextos contemporâneos?* A investigação revelou que a estrutura teológica do credo não apenas sustenta a doutrina cristã clássica, mas oferece uma chave interpretativa profundamente relevante para os desafios atuais da eclesiologia e da missiologia. A confissão trinitária – de um Deus que é Pai criador, Filho redentor e Espírito vivificador – permite superar reducionismos teológicos que centralizam a missão apenas em uma das pessoas divinas e, assim, resgatar uma espiritualidade e prática missionária integral.

A análise demonstrou que essa perspectiva amplia a compreensão da missão como expressão do próprio ser de Deus – não uma tarefa opcional, mas uma vocação essencial da Igreja. Além disso, foram identificadas implicações éticas e pastorais da teologia trinitária do Reino, especialmente no que se refere à justiça, à criação, ao discipulado e à unidade. Eventuais desvios não decorreram de lacunas temáticas, mas da escolha metodológica de privilegiar o eixo teológico-missiológico, em detrimento de abordagens exegéticas mais extensas ou históricas mais detalhadas.

Durante a elaboração do estudo, uma das principais dificuldades encontradas foi conciliar a linguagem acadêmica com a densidade litúrgica e dogmática do *Credo niceno*. O risco de tornar o texto excessivamente técnico ou, ao contrário, excessivamente devocional, exigiu equilíbrio na escrita. Outra limitação percebida foi a ausência de uma análise mais sistemática de recepção do credo nas práticas missionais atuais das igrejas locais, o que pode abrir margem para investigações empíricas complementares.

Como propostas para estudos futuros, sugerem-se ao menos três trilhas possíveis: 1) *uma análise comparada* entre diferentes confissões de fé históricas (*Credo niceno*, credo dos apóstolos, Confissão de Westminster etc.) e suas visões de Reino e missão; 2) *estudos de caso eclesiais*, que investiguem como comunidades cristãs aplicam – ou não – uma espiritualidade trinitária na prática missional cotidiana; 3) *exploração do papel do Espírito Santo* como agente do Reino em contextos de conflito social, marginalidade ou crise ambiental, aprofundando a pneumatologia missional.

Por fim, reafirma-se que recuperar uma teologia do Reino enraizada na Trindade, como propõe o *Credo niceno*, não é apenas um exercício histórico ou doutrinário. Trata-se de um ato profundamente atual, capaz de *renovar* a identidade da igreja, *redirecionar* sua missão e *reacender* sua esperança. ✨

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo libertador**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. **Paixão de Cristo, paixão do mundo: os fatos, as interpretações e o significado ontem e hoje**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Do Credo niceno ao Reino de Deus: uma missiologia trinitária para o presente

BONNARD, Pierre. **Lepitre aux Philippens**. Paris: CNT, 1995.

BOSCH, David. **Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

CARY, Phillip. **The Nicene creed: an introduction**. Bellinghan: Lexaham Press, 2023.

HILL, Jonathan. **História do cristianismo**. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

KÄHLER, Martin. **Schriften zur Christologie und mission**. Munique: Christian Kaiser, 1971.

LÉGASSE, Simon. **A epístola aos Filipenses e a epístola a Filemon**. São Paulo: Paulinas, 1984.

MOLTMANN, Jürgen. **Teologia da esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MOLTMANN, Jürgen. **The Church in the power of the Spirit**. Londres: SCM Press, 1977.

MOXOM, Philip Stafford. **From Jerusalem to Nicea**. Piscataway: Gorgias Press, 2011.

STANLEY, Arthur. **The Council of Nicea: lectures on the history of the Eastern Church**. Piscataway: Gorgias Press, 2009.

WALKER, Williston. **História da Igreja cristã**. São Paulo: ASTE, 2007.

WRIGHT, Nicholas T. **Surpreendido pela esperança: repensando o céu, a ressurreição e a missão da Igreja**. Viçosa: Ultimato, 2018.

Recebido em: 15/04/2025.

Aceito em: 19/06/2025.